



## **CIDADE DE OCIDENTAL - GO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CIDADE OCIDENTAL - GOIÁS**

**Professor Nível III- Pedagogia**

**EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2023**

**CÓD: SL-095AG-23  
7908433240303**

## Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados.....	9
2. Interpretação de textos de gêneros textuais variados.....	15
3. Modos de enunciação presentes no texto.....	18
4. Gramática normativa.....	18
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.....	20
6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).....	22
7. Progressão temática.....	25
8. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.....	25
9. Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos.....	26
10. Tipos de argumento.....	27
11. Classificação gramatical.....	28
12. Processo de formação de palavras.....	36
13. Análise morfosintática. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração.....	37
14. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa.....	40
15. Concordância verbal e nominal.....	41
16. Regência verbal e nominal.....	42
17. Colocação pronominal.....	44
18. Pontuação.....	45

## Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.....	55
2. Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.....	59
3. Noções de Estatística.....	61
4. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos.....	62
5. Medidas de centralidade e medidas de dispersão.....	65
6. Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios.....	66
7. Regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção.....	68
8. porcentagem, descontos simples.....	70
9. juros simples e compostos.....	71
10. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.....	73
11. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos.....	74
12. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial e modulares.....	77
13. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.....	88
14. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro, áreas.....	92
15. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas, volumes.....	94

## Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Cidade Ocidental-GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. Mundo do trabalho. Mobilidade e migrações. Emergências de saúde, surtos e epidemias. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais e políticas ambientais.....	103
2. Formação histórico-territorial de Goiás.....	103
3. A colonização de Goiás.....	104
4. A independência de Goiás.....	105
5. Goiás no período imperial.....	105
6. Política e sociedade em Goiás na República.....	106
7. A construção de Goiânia e a mudança da capital.....	106
8. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás.....	107
9. A economia goiana no contexto nacional.....	114
10. População e urbanização de Goiás.....	115
11. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. Natureza, cultura e turismo na Cidade Ocidental e no estado de Goiás.....	121
12. História dos quilombos.....	129

## Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfico usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado. 3. Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos. Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	135
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	160
3. Procedimentos de backup.....	161
4. gerenciamento de impressão.....	162
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	163
6. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	163
7. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos; recursos voltados à automação de documentos).....	164
8. Planilha eletrônica (tipos de dados e referências; criação de planilhas e gráficos; inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha; configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros; obtenção de dados de fontes externas).....	172
9. Gerador de apresentação (criação de slides; formatação e inserção de imagens e objetos; efeitos de transição e animações; apresentação de slides; exportação para o formato PDF).....	178
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico.....	185
11. Serviços de correio eletrônico.....	191

## Conhecimentos Específicos

1. Sociedade, Cultura e Educação .....	195
2. Aprendizagem e Desenvolvimento .....	198
3. Tendências Pedagógicas em Educação.....	201
4. Abordagens do processo de Ensino e Aprendizagem .....	204
5. Concepções de currículo e organização do currículo escolar da educação básica .....	207
6. Planejamento, Planos e Projetos educativos. ....	224
7. Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	229
8. Formação docente .....	236
9. Diversidade Cultural e Inclusão.....	245
10. Avaliação institucional; Avaliação do processo de Ensino e Aprendizagem .....	246
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	249
12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	265
13. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos .....	266
14. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica .....	273
15. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	282
16. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA .....	282
17. Plano Nacional da Educação .....	319
18. Lei Brasileira de Inclusão.....	334

tas a realização de uma crítica social). Para exemplo, destacamos os seguintes romancistas brasileiros: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Eça de Queiroz, entre outros.

### **Conto**

É um texto narrativo breve, e de **ficção**, geralmente em prosa, que conta situações rotineiras, anedotas e até folclores. Inicialmente, fazia parte da literatura oral. *Boccaccio* foi o primeiro a reproduzi-lo de forma escrita com a publicação de *Decamerão*.

Ele é um gênero da esfera literária e se caracteriza por ser uma narrativa densa e concisa, a qual se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é colocado no interior de uma ação já em desenvolvimento. Não há muita especificação sobre o antes e nem sobre o depois desse recorte que é narrado no conto. Há a construção de uma tensão ao longo de todo o conto.

Diversos contos são desenvolvidos na tipologia textual narrativa: conto de fadas, que envolve personagens do mundo da fantasia; contos de aventura, que envolvem personagens em um contexto mais próximo da realidade; contos folclóricos (conto popular); contos de terror ou assombração, que se desenrolam em um contexto sombrio e objetivam causar medo no espectador; contos de mistério, que envolvem o suspense e a solução de um mistério.

### **Fábula**

É um texto de caráter fantástico que busca ser inverossímil. As personagens principais não são humanos e a finalidade é transmitir alguma lição de moral.

### **Novela**

É um texto caracterizado por ser intermediário entre a longevidade do romance e a brevidade do conto. Esse gênero é constituído por uma grande quantidade de personagens organizadas em diferentes núcleos, os quais nem sempre convivem ao longo do enredo. Como exemplos de novelas, podem ser citadas as obras *O Alienista*, de Machado de Assis, e *A Metamorfose*, de Kafka.

### **Crônica**

É uma narrativa informal, breve, ligada à **vida cotidiana**, com linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou um toque de crítica indireta, especialmente, quando aparece em seção ou artigo de jornal, revistas e programas da TV. Há na literatura brasileira vários cronistas renomados, dentre eles citamos para seu conhecimento: Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Fernando Sabido entre outros.

### **Diário**

É escrito em linguagem informal, sempre consta a data e não há um destinatário específico, geralmente, é para a própria pessoa que está escrevendo, é um relato dos acontecimentos do dia. O objetivo desse tipo de texto é guardar as lembranças e em alguns momentos desabafar. Veja um exemplo:

*“Domingo, 14 de junho de 1942*

*Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)*

*Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”*

*Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.*

## **Gêneros textuais predominantemente do tipo textual descritivo**

### **Currículo**

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Nele são descritas as qualificações e as atividades profissionais de uma determinada pessoa.

### **Laudo**

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Sua função é descrever o resultado de análises, exames e perícias, tanto em questões médicas como em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos descritivos são: folhetos turísticos; cardápios de restaurantes; classificados; etc.

## **Gêneros textuais predominantemente do tipo textual expositivo**

### **Resumos e Resenhas**

O autor faz uma descrição breve sobre a obra (pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) a fim de divulgar este trabalho de forma resumida.

Na verdade resumo e/ou resenha é uma análise sobre a obra, com uma linguagem mais ou menos formal, geralmente os resenhistas são pessoas da área devido o vocabulário específico, são estudiosos do assunto, e podem influenciar a venda do produto devido a suas críticas ou elogios.

### **Verbetes de dicionário**

Gênero predominantemente expositivo. O objetivo é expor conceitos e significados de palavras de uma língua.

### **Relatório Científico**

Gênero predominantemente expositivo. Descreve etapas de pesquisa, bem como caracteriza procedimentos realizados.

### **Conferência**

Predominantemente expositivo. Pode ser argumentativo também. Expõe conhecimentos e pontos de vistas sobre determinado assunto. Gênero executado, muitas vezes, na modalidade oral.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos expositivos são: enciclopédias; resumos escolares; etc.

**Gêneros textuais pertencentes aos textos argumentativos****Artigo de Opinião**

É comum<sup>2</sup> encontrar circulando no rádio, na TV, nas revistas, nos jornais, temas polêmicos que exigem uma posição por parte dos ouvintes, espectadores e leitores, por isso, o autor geralmente apresenta seu ponto de vista sobre o tema em questão através do **artigo de opinião**.

Nos tipos textuais argumentativos, o autor geralmente tem a intenção de convencer seus interlocutores e, para isso, precisa apresentar bons argumentos, que consistem em verdades e opiniões.

O artigo de opinião é fundamentado em impressões pessoais do autor do texto e, por isso, são fáceis de contestar.

**Discurso Político**

O discurso político<sup>3</sup> é um texto argumentativo, fortemente persuasivo, em nome do bem comum, alicerçado por pontos de vista do emissor ou de enunciadores que representa, e por informações compartilhadas que traduzem valores sociais, políticos, religiosos e outros. Frequentemente, apresenta-se como uma fala coletiva que procura sobrepor-se em nome de interesses da comunidade e constituir norma de futuro. Está inserido numa dinâmica social que constantemente o altera e ajusta a novas circunstâncias. Em períodos eleitorais, a sua maleabilidade permite sempre uma resposta que oscila entre a satisfação individual e os grandes objetivos sociais da resolução das necessidades elementares dos outros.

Hannah Arendt (em *The Human Condition*) afirma que o discurso político tem por finalidade a persuasão do outro, quer para que a sua opinião se imponha, quer para que os outros o admirem. Para isso, necessita da argumentação, que envolve o raciocínio, e da eloquência da oratória, que procura seduzir recorrendo a afetos e sentimentos.

O discurso político é, provavelmente, tão antigo quanto a vida do ser humano em sociedade. Na Grécia antiga, o político era o cidadão da “pólis” (cidade, vida em sociedade), que, responsável pelos negócios públicos, decidia tudo em diálogo na “agora” (praça onde se realizavam as assembleias dos cidadãos), mediante palavras persuasivas. Daí o aparecimento do discurso político, baseado na retórica e na oratória, orientado para convencer o povo.

O discurso político implica um espaço de visibilidade para o cidadão, que procura impor as suas ideias, os seus valores e projetos, recorrendo à força persuasiva da palavra, instaurando um processo de sedução, através de recursos estéticos como certas construções, metáforas, imagens e jogos linguísticos. Valendo-se da persuasão e da eloquência, fundamenta-se em decisões sobre o futuro, prometendo o que pode ser feito.

**Requerimento**

Predominantemente dissertativo-argumentativo. O requerimento tem a função de solicitar determinada coisa ou procedimento. Ele é dissertativo-argumentativo pela presença de argumentação com vistas ao convencimento

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos argumentativos são: abaixo-assinados; manifestos; sermões; etc.

<sup>2</sup> <http://www.odiarionline.com.br/noticia/43077/VENDEDOR-BRASILEIRO-ESTA-MENOS-SIMPATICO>

<sup>3</sup> [https://www.infopedia.pt/\\$discurso-politico](https://www.infopedia.pt/$discurso-politico)

**Gêneros textuais predominantemente do tipo textual injuntivo****Bulas de remédio**

A bula de remédio traz também o tipo textual descritivo. Nela aparecem as descrições sobre a composição do remédio bem como instruções quanto ao seu uso.

**Manual de instruções**

O manual de instruções tem como objetivo instruir sobre os procedimentos de uso ou montagem de um determinado equipamento.

Exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos injuntivos são: receitas culinárias, instruções em geral.

**Gêneros textuais predominantemente do tipo textual prescritivo**

Exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos prescritivos são: leis; cláusulas contratuais; edital de concursos públicos; receitas médicas, etc.

**Outros Exemplos****Carta**

Esta, dependendo do destinatário pode ser informal, quando é destinada a algum amigo ou pessoa com quem se tem intimidade. É formal quando destinada a alguém mais culto ou que não se tenha intimidade.

Dependendo do objetivo da carta a mesma terá diferentes estilos de escrita, podendo ser dissertativa, narrativa ou descritiva. As cartas se iniciam com a data, em seguida vem a saudação, o corpo da carta e para finalizar a despedida.

**Propaganda**

Este gênero aparece também na forma oral, diferente da maioria dos outros gêneros. Suas principais características são a linguagem argumentativa e expositiva, pois a intenção da propaganda é fazer com que o destinatário se interesse pelo produto da propaganda. O texto pode conter algum tipo de descrição e sempre é claro e objetivo.

**Notícia**

Este é um dos tipos de texto que é mais fácil de identificar. Sua linguagem é narrativa e descritiva e o objetivo desse texto é informar algo que aconteceu.

A notícia é um dos principais tipos de textos jornalísticos existentes e tem como intenção nos informar acerca de determinada ocorrência. Bastante recorrente nos meios de comunicação em geral, seja na televisão, em sites pela internet ou impresso em jornais ou revistas.

Caracteriza-se por apresentar uma linguagem simples, clara, objetiva e precisa, pautando-se no relato de fatos que interessam ao público em geral. A linguagem é clara, precisa e objetiva, uma vez que se trata de uma informação.

**Conjunto dos Números Reais (R)**

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{X \in R \mid X \neq 0\}$ : **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-NULOS.**

$R^+ = \{X \in R \mid X \geq 0\}$ : **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-NEGATIVOS.**

$R^{*+} = \{X \in R \mid X > 0\}$ : **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS POSITIVOS.**

$R^- = \{X \in R \mid X \leq 0\}$ : **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NÃO-POSITIVOS.**

$R^{*-} = \{X \in R \mid X < 0\}$ : **CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS NEGATIVOS.**

**— Múltiplos e Divisores**

Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros<sup>2</sup>. Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

**Múltiplos de um Número**

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que  $a = b \cdot k$ . Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos os números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listemos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

$$\begin{aligned} 2 \cdot 1 &= 2 \\ 2 \cdot 2 &= 4 \\ 2 \cdot 3 &= 6 \\ 2 \cdot 4 &= 8 \\ 2 \cdot 5 &= 10 \\ 2 \cdot 6 &= 12 \\ 2 \cdot 7 &= 14 \\ 2 \cdot 8 &= 16 \\ 2 \cdot 9 &= 18 \\ 2 \cdot 10 &= 20 \\ 2 \cdot 11 &= 22 \\ 2 \cdot 12 &= 24 \end{aligned}$$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

– O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$$49 = 7 \cdot 7$$

– O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$$324 = 3 \cdot 108$$

– O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$$523 = 2 \cdot ?$$

**• Múltiplos de 4**

Como vimos, para determinar os múltiplos do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

$$\begin{aligned} 4 \cdot 1 &= 4 \\ 4 \cdot 2 &= 8 \\ 4 \cdot 3 &= 12 \\ 4 \cdot 4 &= 16 \\ 4 \cdot 5 &= 20 \\ 4 \cdot 6 &= 24 \\ 4 \cdot 7 &= 28 \\ 4 \cdot 8 &= 32 \\ 4 \cdot 9 &= 36 \\ 4 \cdot 10 &= 40 \\ 4 \cdot 11 &= 44 \\ 4 \cdot 12 &= 48 \end{aligned}$$

Portanto, os múltiplos de 4 são:

$$M(4) = \{4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, \dots\}$$

**Divisores de um Número**

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar resto 0).

Veja alguns exemplos:

– 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.

– 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.

– 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Liste os divisores de 2, 3 e 20.

$$D(2) = \{1, 2\}$$

$$D(3) = \{1, 3\}$$

$$D(20) = \{1, 2, 4, 5, 10, 20\}$$

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

<sup>2</sup> <https://brasilescola.uol.com.br/matematica/multiplos-divisores.htm>

A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, a mineração entrou em rápida e completa decadência. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. Após esta data, tornou-se capitania independente. Com o declínio do ouro, o governo adotou medidas administrativas que não trouxeram resultado satisfatório. Não havia um produto tão vantajoso que pudesse substituir o ouro, até então, sinônimo de lucro fácil. Com a economia fragilizada, a sociedade goiana regressou a uma economia rural e de subsistência.

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente, graças a alguns fatores como a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, e a campanha nacional “Marcha para o Oeste”, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, e imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

Já na década de 1960, o Estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de commodities agropecuárias, com destaque para o rápido processo de industrialização. Hoje, está inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do Estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial goiana.

Apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal como estadual, foi vital para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Porém, há registros de que o setor público foi essencial para a estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Tais culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins.

A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

O dinamismo econ mico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso  xodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital, foram as principais responsáveis pela mudanç a da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital, Goiânia, as cidades da região do Entorno de Brasília, como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio, como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás também se tornou um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, sendo considerado um dos Estados com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto

fluxo migratório são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econ mico e também a proximidade com a capital federal, Brasília.

Fonte: Disponível em: <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>. Acesso em: 16.ago.2023

## A COLONIZAÇÃO DE GOIÁS

Aos tempos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a região do atual estado de Goiás era habitada pelos  ndios Av s-canoeiros, tupi-guaranis e tapuias. A ocupação do território goiano teve início com Catarina Silva e as expedições de aventureiros (bandeirantes) provenientes da Capitania de São Vicente. As Bandeiras objetivavam procurar metais preciosos e capturar índios que, por sua vez, serviam como mão de obra escrava no desenvolvimento da agricultura e minas, tanto no “território dos Goyazes” quanto na Capitania de São Vicente. Além destas, outras expedições saíam do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Todas essas expedições tinham como rota o território do atual estado, mas não se dava a criação de vilas permanentes e nem a manutenção de um notável número de população na região.

Com a descoberta de ouro na área, a ocupação efetiva se consolidou, tornando-se propriamente dita. Devido à descoberta de ouro em Minas Gerais (próximo   Ouro Preto) e em Mato Grosso (próximo   Cuiabá) entre 1698 e 1718, acreditava-se que a região também possuía abundância em minérios, ideia que ganhou forçá com a crenç , de origem renascentista, de que o ouro era mais abundante quanto mais próximo da Linha do Equador e no sentido leste-oeste. Assim sendo, a busca por ouro no território se intensificou cada vez mais, fazendo deste o foco das expedições dos Bandeirantes pela região.

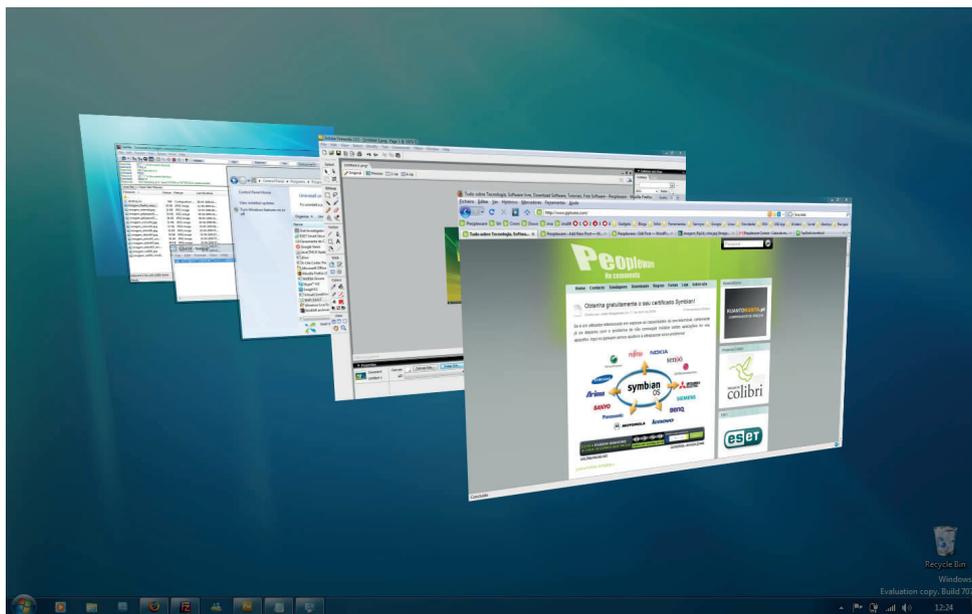
Um das Bandeiras mais importantes recebida pelo território goiano foi a liderada por Francisco Bueno, a primeira a encontrar ouro nestas terras, em 1682, embora em pequena quantidade. A região explorada por essa Bandeira estendeu-se das margens do Rio Araguaia até a região do atual município de Anhanguera. Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Francisco Bueno e conhecido por Anhanguera (Diabo velho), também fazia parte desta Bandeira. Segundo registros, Bartolomeu Bueno da Silva interessou-se pelo ouro que adornava algumas  ndias de uma tribo, mas não obteve sucesso em obter informações confiáveis sobre a localização exata desse ouro. Para descobrir a localização, Anhanguera resolveu ameaçar por fogo nas fontes e rios da região, utilizando aguardente para convencer os índios da tribo de que tinham “poderes” e meios para fazer isto acontecer. Apavorados, os índios levaram-no imediatamente às jazidas, surgindo assim o apelido “Anhanguera” (Diabo Velho ou Feiticeiro).

O filho de Anhanguera, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, tentou retornar aos locais onde seu pai havia passado, 40 anos após o acontecido. Bueno da Silva tinha como objetivo encontrar a “Serra dos Martírios”, um lugar fantástico onde grandes cristais aflorariam, tendo formas semelhantes a coroas, lanças e cravos, referentes à “Paixão de Cristo”. Esse lugar, místico, nunca foi encontrado, mas este acabou chegando às regiões próximas ao

A Área de trabalho é composta pela maior parte de sua tela, em que ficam dispostos alguns ícones. Uma das novidades do Windows 7 é a interface mais limpa, com menos ícones e maior ênfase às imagens do plano de fundo da tela. Com isso você desfruta uma área de trabalho suave. A barra de tarefas que fica na parte inferior também sofreu mudanças significativas.

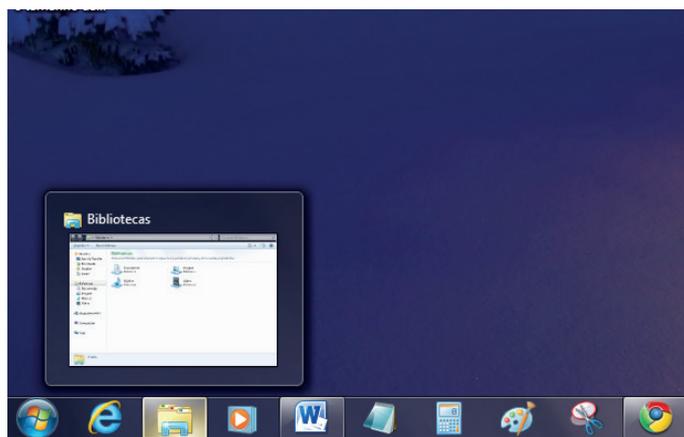
**Barra de tarefas**

– Avisar quais são os aplicativos em uso, pois é mostrado um retângulo pequeno com a descrição do(s) aplicativo(s) que está(ão) ativo(s) no momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas.



Alternar entre janelas.<sup>3</sup>

- A barra de tarefas também possui o menu Iniciar, barra de inicialização rápida e a área de notificação, onde você verá o relógio.
- É organizada, consolidando os botões quando há muitos acumulados, ou seja, são agrupados automaticamente em um único botão.
- Outra característica muito interessante é a pré-visualização das janelas ao passar a seta do mouse sobre os botões na barra de tarefas.



Pré-visualização de janela.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Fonte: <https://pplware.sapo.pt/tutoriais/windows-7-flip-3d>

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2010/12/como-aumentar-o-tamanho-das-miniaturas-da-taskbar-do-windows-7.html>

### Sugestão de Leitura

A iniciativa da Editora Expressão Popular de publicar uma edição revista e ampliada de *Cultura e sociedade no Brasil* preenche uma significativa lacuna no estudo sobre o pensamento social brasileiro e representa, sem dúvida, a oportunidade de termos acesso a significativos ensaios de Carlos Nelson Coutinho acerca do Brasil e dos dilemas da atualidade em nossa realidade.

O livro reúne ensaios que, elaborados ao longo de mais de trinta anos, mantêm-se inquestionavelmente atuais e essenciais para a compreensão das intrínsecas relações entre a cultura e a sociedade brasileiras. Desde o mais antigo (*Graciliano Ramos*, 1966) até o mais recente (*O legado de Octavio Ianni*, 2006), Carlos Nelson Coutinho conserva uma mesma preocupação: demonstrar como a produção artística e intelectual brasileira, apesar de uma hegemonia marcadamente elitista, reservou importantes momentos de resistência onde, sem dúvida, foi possível construir experiências de uma alternativa verdadeiramente nacional e popular que, embora episódicas, permitiram significativos avanços na análise e no enfrentamento dos problemas brasileiros.

Valendo-se principalmente das contribuições categoriais de Georg Lukács e de Antonio Gramsci, mas dialogando com grandes nomes do pensamento social, o autor afirma e reafirma, enfim, como a cultura cumpre, também no Brasil, com seu papel de revelar a constituição efetiva de uma dada realidade social, demonstrando-se como um momento privilegiado para o homem expressar sua compreensão das relações sociais e para construir propostas de intervenção da realidade.

Nos dois primeiros ensaios, *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Cultura e sociedade no Brasil*, o autor sistematiza suas principais formulações sobre o processo de formação de nossa intelectualidade e sobre a produção cultural brasileira de uma forma geral, discutindo seus principais problemas, com destaque para o evidente distanciamento entre os intelectuais brasileiros e seus projetos e os setores populares. É interessante observarmos como Coutinho relaciona o desenvolvimento de nossa intelectualidade e de nossa organização da cultura, no sentido gramsciano, com o processo de surgimento e de fortalecimento da esfera da sociedade civil em nossa formação social, demonstrando claramente a inserção da frente cultural nas lutas pela hegemonia construídas no Brasil.

A partir destas formulações mais gerais, Carlos Nelson Coutinho se dispõe a analisar a produção de alguns nomes específicos de nossa cultura, sobretudo nas esferas da literatura e do pensamento social. Valendo-se, com extrema responsabilidade, da liberdade de expressão e de crítica que ele mesmo anuncia, o autor identifica, nestas produções, significativos momentos de construção de uma “imagem alternativa de Brasil”, a qual, vinculada a uma perspectiva nacional-popular, apresenta outras possibilidades de pensar nossa realidade social e de intervir em seu desenvolvimento a partir do compromisso com projetos contra-hegemônicos.

Em Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt, enfatiza-se a recepção, por diferentes autores no Brasil, das idéias e propostas desta importante vertente marxista, bem como de suas contradições e diversidades. Os dois momentos referem-se, primeiramente, ao final dos anos 1960, quando esta aproximação ocorreu através das obras de Marcuse e de uma comprometedora assimilação de suas idéias com um irracionalismo “contracultural” e, em segundo lugar, ao início dos anos de 1980, quando, nas obras de Sérgio Paulo Rouanet, Coutinho reconhece o compromisso com uma defesa da razão contra o irracionalismo pós-moderno. Em ambas as abordagens, o que aprendemos com o autor é que a cultura bra-

sileira, assim como em outros momentos de nossa história, não se furtou de dialogar com importantes movimentos da cultura universal, utilizando-se de suas formulações para pensar nossas especificidades, mas também contribuindo para o enriquecimento destes movimentos de uma forma geral.

Seguem-se três ensaios voltados, especificamente, para brilhantes momentos de crítica literária. O significado de Lima Barreto em nossa literatura, Graciliano Ramos e O povo na literatura de Jorge Amado comportam uma importante contribuição de Coutinho para pensarmos os caminhos pelos quais nossas manifestações artísticas (no caso, literárias) não só são influenciadas pela conjuntura histórica específica, mas também influenciam seu desenvolvimento mais amplo. O autor destaca, na produção destes três escritores, o compromisso com um realismo engajado, que, articulado com os grandes problemas nacionais, faz frente ao “intimismo à sombra do poder” e busca caminhos diferenciados aos do romantismo e do naturalismo, onde as questões decisivas da vida social não são problematizadas. Assim, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Jorge Amado seriam exemplos de nomes que, em nossa literatura, inovaram tanto no âmbito das idéias quanto das formas e, seja realizando uma crítica social rica e fecunda de nossa sociedade, seja criando tipos humanos de extrema significação para nossa história, contribuíram com seus romances para a cultura universal. Recorrendo às preciosas formulações de Lukács e de Gramsci sobre a literatura, de uma forma geral, e o romance, em particular, o autor nos convida ao exercício de reconhecer o que significa concretamente uma perspectiva cultural baseada em uma nova noção de nacional e em uma nova relação com o popular.

A última parte do livro é composta pelos ensaios *A imagem do Brasil* na obra de Caio Prado Júnior, *Marxismo e “imagem do Brasil”* em Florestan Fernandes e *O legado de Octavio Ianni*, onde temos acesso a uma abordagem crítica da obra destes três autores e de suas contribuições para a reflexão sobre a realidade brasileira. Segundo Carlos Nelson Coutinho, encontramos em Caio Prado Júnior e em Florestan Fernandes imprescindíveis formulações para pensar o Brasil, sobretudo em três direções: 1) os processos que nos conduziram à modernização capitalista; 2) as particularidades, em função desta nossa “revolução burguesa”, de nosso desenvolvimento capitalista e 3) os caminhos também particulares que devemos buscar, no Brasil, para a superação desta formação econômico-social. Em suma, o que encontramos nestes pensadores é uma riquíssima e atualíssima “imagem alternativa de Brasil”, onde o que se destaca é nossa via “não-clássica” de ingresso no mundo capitalista, a qual deixa reflexos ao longo de toda a nossa história.

Como o próprio autor coloca, é interessante observarmos como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes constroem suas formulações sobre esta “via não-clássica” de transição para o capitalismo no Brasil e chegam a conclusões bastante próximas de Lênin, ao formular sua abordagem sobre “via prussiana” e de Gramsci, ao discutir os caminhos da “revolução passiva”. Esta proximidade revela, portanto, a riqueza da obra destes autores no interior da produção marxista nacional e internacional, e, principalmente, sua competência em fazer frente à visão então hegemônica do PCB sobre o Brasil. Sem dúvida, os ensaios nos conduzem a compartilhar com Carlos Nelson Coutinho a idéia de que, sem Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, a perspectiva marxista de análise da realidade brasileira estaria nuclearmente empobrecida.

Em Octávio Ianni, Coutinho destaca a riqueza de sua apropriação explícita do método histórico-dialético na abordagem sobre a realidade brasileira e sua dedicação a inúmeros campos do saber,

III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

Art. 20. (Revogado pela Lei nº 13.868, de 2019)

## TÍTULO V DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

### CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

### CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Pena - detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 20 desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. (Redação dada pela Lei nº 13.440, de 2017)

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

## CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 246. Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação ou

a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números. (Expressão declarada inconstitucional pela ADIN 869).

Art. 248. (Revogado pela Lei nº 13.431, de 2017) (Vigência)

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder familiar decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres: (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

Pena – multa. (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 1º Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 2º Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

Art. 251. Transportar criança ou adolescente, por qualquer meio, com inobservância do disposto nos arts. 83, 84 e 85 desta Lei:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 252. Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 253. Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, duplicada em caso de reincidência, aplicável, separadamente, à casa de espetáculo e aos órgãos de divulgação ou publicidade.

Art. 254. Transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação: (Expressão declarada inconstitucional pela ADI 2.404).

Pena - multa de vinte a cem salários de referência; duplicada em caso de reincidência a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.

Art. 255. Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequados às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo:

Pena - multa de vinte a cem salários de referência; na reincidência, a autoridade poderá determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Art. 256. Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

Art. 257. Descumprir obrigação constante dos arts. 78 e 79 desta Lei:

Sobre as avaliações externas que compõem o SIMAVE, é incorreto afirmar:

(A) O Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) foi aplicado pela primeira vez em 2005 e, atualmente, avalia os alunos do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática.

(B) Desde 2015, o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) teve a ampliação das etapas avaliadas, alternando-as nos anos pares e ímpares – nos pares, os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio; nos ímpares, os estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental e os do 1º e 3º anos do Ensino Médio.

(C) Os itens dos testes do PROALFA e do PROEB são elaborados baseando-se na Matriz de Referência, a qual orienta a avaliação, selecionando determinados objetivos educacionais.

(D) No PROEB, os Padrões de Desempenho são classificados em três níveis que demonstram o perfil de desempenho dos estudantes: baixo, intermediário e recomendado.

7. FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2019 - Prefeitura de Santa Luzia - MG - Professor de Educação Básica - PEB II

As avaliações externas podem ter um importante uso pedagógico no contexto escolar, mas, para isso, é preciso saber compreender e utilizar os resultados dessas avaliações.

Com base no material elaborado pela Fundação Itaú Social, analise as seguintes afirmativas, assinalando com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) Avaliação externa não acompanha o aluno individualmente. Daí ser essencial a avaliação interna, que permita saber o desempenho de cada um e também analisar as práticas pedagógicas e as condições gerais da escola.

( ) O resultado das avaliações externas visa a contribuir para melhor distribuição de crianças e adolescentes em turmas segundo seu desenvolvimento intelectual, o que busca otimizar a aprendizagem dos estudantes.

( ) Os diretores podem informar ao Inep quais são os alunos com deficiência; assim, o desempenho deles não irá compor a média da escola. Para isso, é preciso ter um laudo que comprove o diagnóstico.

( ) Para que as avaliações externas tenham êxito, é importante que a escola limite a preparação dos estudantes focando em simulados e treinos voltados para esse tipo de exame.

Assinale a sequência correta.

- (A) V F F V
- (B) F V F V
- (C) V F V F
- (D) F V V F

8. AMEOSC - 2020 - Prefeitura de Itapiranga - SC - Professor de Geografia

A Lei nº 13.005/14 prevê que as conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até:

(A) 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

(B) 3 (três) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

(C) 6 (seis) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

(D) 2 (dois) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.

9. AMEOSC - 2021 - Prefeitura de Princesa - SC - Professor de Educação Física

Assinale a única alternativa que não contém diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/14:

- (A) Erradicação do analfabetismo.
- (B) Universalização do atendimento escolar.
- (C) Piora da qualidade da educação.
- (D) Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

10. AMEOSC - 2022 - Prefeitura de Itapiranga - SC - Professor de Arte

Considerando a Lei nº 13.005/14 - Plano Nacional de Educação (PNE), assinale a alternativa que NÃO apresenta uma diretriz do PNE:

- (A) Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
- (B) Promoção humanística, econômica e científica do País.
- (C) Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.
- (D) Melhoria da qualidade da educação.

11. IBAM - 2019 - Prefeitura de Rio das Ostras - RJ - Professor I - 30h

O Art. 27 da Lei Nº 13.146/15 observa que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

Está na incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- (A) oferta de educação bilíngue, em Língua Portuguesa como primeira língua na modalidade escrita e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- (B) adoção de medidas coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino
- (C) pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva
- (D) “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de pós-graduação stricto sensu, preferencialmente em Mestrados Profissionais